

EDITORIAL

O Princípio do Contraditório é objeto de uma dupla abordagem: do ponto de vista do Código de Processo Civil brasileiro de 2015, em diálogo com a ideia de “cooperação processual”, e pelo prisma do Processo Penal português, ambos os estudos tendo como referência as conferências proferidas num Seminário Luso-Brasileiro, realizado na Faculdade no dia 13 de outubro de 2017.

O Direito Civil está representado, em primeira linha, por um estudo que foca desenvolvimentos importantes em matéria de nexos causais: “Causalidade fundamentadora e causalidade preenchedora”.

Seguem-se uma análise da “Penalização das contraordenações fiscais no Regime Geral das Infrações Tributárias”, bem como, face ao constatado fenómeno de “Envelhecimento da sociedade”, uma reflexão acerca dos instrumentos jurídico-civis e jurídico-penais de proteção do idoso.

Ainda na secção de *Doutrina*, é abordada a curiosa questão da (des)igualdade de tratamento fiscal, no seio da União Europeia, dos “Livros digitais” e dos “Livros em papel”.

Na *Jurisprudência*, volta a ser dada atenção a um Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, desta feita em tema de “Direito à dedução do IVA”, proferido após reenvio prejudicial de um Tribunal Arbitral nacional.

O texto de base para a apresentação oral da tese de doutoramento, com o título “A insolvência de pessoas singulares”, em provas realizadas na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, no dia 7 de dezembro de 2017, por uma docente desta Escola, é publicado na *Varia*.

Este número fecha com o “Relatório do Conselho constituído para fixação dos critérios das indemnizações a pagar pelo Estado por morte das vítimas dos incêndios que deflagraram em Portugal Continental nos dias 17 de junho e 15 de outubro de 2017”, Conselho do qual participou igualmente um docente desta Universidade.

Resta acrescentar que, no plano institucional, continua a ser prosseguida a tarefa de, em ligação com o Instituto de Investigação Jurídica (I2J), transformar a Revista no principal órgão de divulgação da investigação científica produzida na ULP nos campos do Direito e da Ciência Política.

Jorge Sinde Monteiro